



Correspondência às Autoras

Fabiola Bouth Grello Kato
E-mail: fabiola_kato@hotmail.com
Universidade Federal do Pará
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/5914699246880638>

Amanda Oliveira de Almeida Alves E-mail: amandaalmeida.ufpa@gmail.com
Universidade Federal do Pará
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/5613150837257733>

Submetido: 07 jun. 2023
Aceito: 30 jun. 2023
Publicado: 03 ago. 2023

[doi> 10.20396/riesup.v11i00.8673690](https://doi.org/10.20396/riesup.v11i00.8673690)
e-location: e025011
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



O sistema UAB e a universidade flexível: o caso da UFPA

Fabiola Bouth Grello Kato  <https://orcid.org/0000-0002-5396-9128>

Amanda Oliveira de Almeida Alves  <https://orcid.org/0000-0003-2201-5265>

RESUMO

Introdução: A oferta de cursos de graduação a distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), produz alterações na organização institucional das universidades, que repercutem fortemente na flexibilização do tripé ensino-pesquisa-extensão. **Objetivo:** Nesse sentido, este artigo busca investigar a inserção da UAB na Universidade Federal do Pará (UFPA) e as repercussões desse sistema no tocante à formação universitária. **Metodologia:** A pesquisa é de abordagem qualitativa, utilizou-se a pesquisa documental para a análise dos dados. Os dados foram coletados em documentos oficiais publicados pela UFPA, quais sejam: os Projetos Pedagógicos dos seus cursos EAD e editais de programas, bolsas e auxílios, presentes no site do Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST), no período de 2013 a 2022. **Resultados:** Os resultados das análises revelam o enfraquecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão no âmbito da oferta de cursos de graduação EAD/UAB, dado que os Projetos Pedagógicos não estão em consonância com as resoluções da UFPA que regulamentam a pesquisa e a extensão. Além disso, os estudantes da EAD/UAB não são contemplados em diferentes editais de assistência estudantil publicados pela universidade, pois os editais analisados destacam que é permitida somente a participação dos estudantes dos cursos regulares presenciais da instituição. **Conclusão:** Conclui-se que a incorporação da EAD pelas IPES, via sistema UAB, causa a flexibilização das estruturas acadêmicas, o que pode impactar no processo de ensino e aprendizagem da universidade pública, promovendo o esvaziamento da formação.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade Aberta do Brasil. Flexibilização Institucional. Universidade Federal do Pará.

The UAB system and flexible university: the UFPA case

ABSTRACT

Introduction: The offer of undergraduate distance learning (DL) courses, through Universidade Aberta do Brasil or Open University of Brazil (UAB) within Public Establishments of Higher Education (IPES), generates changes in university institutional organization, which have strongly resulted in a flexibilization of the threefold mission of teaching, research, and extension. **Objectives:** Thus, this paper aims at inquiring about how UAB has been made part of the Federal University of Pará (UFPA) and which consequences that system has had for university education. **Methodology:** The research adopts a qualitative approach, with document for data analysis. Data were gathered through official documents published by UFPA itself: Pedagogical Projects of its DL courses and announcements of programs, scholarships and financial assistance, as they are present in the Social Action Management System (SIGAEST) website, from 2013 to 2022. **Results:** Results revealed how weakened the threefold mission of teaching, research, and extension has become within the scope of DL/UAB undergraduate course offering, due to the Pedagogical Projects not being aligned to UFPA proposals that preside over research and extension. In addition, DL/UAB students are not included in several different announcements for social action and financial assistance published by the university, for the announcements analyzed establish that only regular traditional course students are suitable to partake in such opportunities. **Conclusion:** Conclude that DL being incorporated into IPES, through the UAB system, causes academic structure flexibilization, which in turn may impact teaching and learning processes in the realm of public university, resulting in major harms in education.

KEYWORDS

Open University of Brazil. Institutional flexibilization. Federal University of Pará.

El sistema UAB y la universidad flexible: el caso de la UFPA

RESUMEN

Introducción: La oferta de cursos de pregrado a distancia, a través de la Universidad Abierta de Brasil (UAB) en las Instituciones Públicas de Educación Superior (IPES), produce cambios en la organización institucional de las universidades, que reverberan en la flexibilización de la función de docencia, investigación y extensión de enseñanza superior. **Objetivos:** Este artículo tiene como objetivo investigar la inserción de la UAB en la Universidad Federal de Pará (UFPA) y qué reverberaciones ha tenido ese sistema para la educación universitaria. **Metodología:** La investigación tiene un abordaje cualitativo, con el uso de investigación documental para el análisis de datos. Los datos fueron recopilados a través de documentos oficiales publicados por la propia UFPA: Proyectos Pedagógicos de sus cursos de EAD y convocatorias ayudas económicas, presentes en el sitio web del Sistema de Gestión de Acción Social (SIGAEST), de 2013 a 2022. **Resultados:** Los resultados revelan cómo se ha debilitado el triple rol de docencia, investigación y extensión en el ámbito de la oferta de grado de EAD/UAB, debido a que los Proyectos Pedagógicos no están alineados con las regulaciones de la UFPA sobre la investigación y la extensión. Los estudiantes de EAd/UAB no están incluidos en las diferentes convocatorias de ayudas económicas que publica la universidad. **Conclusión:** Concluye que la incorporación de la EAD a las IPES, a través del sistema de la UAB, provoca la flexibilización de las estructuras académicas, lo que puede impactar los procesos de enseñanza y aprendizaje en el ámbito de la universidad pública.

PALABRAS CLAVE

Universidad Abierta de Brasil. Flexibilización institucional. Universidad Federal de Pará.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Os conjuntos de dados gerados e/ou analisados durante o presente estudo estão disponíveis nos site do Ministério da Educação (<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/universidade-aberta-do-brasil/>) e no site da Assistência Estudantil da UFPA (<https://sigaest.ufpa.br/sigaest/inicial.php>).
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Recursos, Visualização, Redação – rascunho original: KATO, F. B. G.; ALVES, A. O. A.; Administração do projeto, Supervisão, Validação, Redação – revisão & edição: KATO, F. B. G.

Editores de Seção: Rodrigo Pivetta Werlang, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Introdução

Para discutir as transformações nas políticas públicas educacionais, é preciso levar em conta as mudanças ideológicas atreladas às reformas do Estado e à redefinição das suas prioridades para atender às exigências do modelo político, ideológico, econômico e cultural adotado em cada época (HÖFLING, 2001). De acordo com Silva Júnior e Sguissardi (2013), a consolidação do capitalismo financeiro ao longo do século XX, as transformações nos processos de produção e o estreitamento da relação entre capital e trabalho alimentaram o crescimento de um Estado cada vez mais subordinado às demandas do mercado e menos preocupado com as políticas sociais.

Ao discutirem as exigências de um mercado educacional globalizado, Segenreich e Castro (2012, p. 90) apontam um grande desafio para a educação superior nesse contexto, o de “conciliar as exigências de qualidade e inovação com as necessidades de ampliar o acesso e reduzir as assimetrias sociais”. Em meio ao cenário de urgência para a reestruturação do sistema de ensino, com vistas a inserir a universidade no progresso técnico-científico, a Educação a Distância (EAD) ganhou papel de destaque, de modo que se fortaleceram as políticas para a expansão de vagas no ensino superior por meio dela.

No Brasil, o governo federal apostou nessa modalidade como estratégia, motivo pelo qual regulamentou, em 2006, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é um programa governamental de oferta de cursos na modalidade EAD, por meio da parceria entre o governo federal, instituições públicas de ensino superior (IPES) e os governos estaduais e municipais. A oferta de cursos na modalidade EAD nas instituições públicas de ensino superior se concretiza por meio de editais publicados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que preveem o subsídio financeiro para pagamento de funcionários e para a realização das atividades acadêmicas.

Um aspecto que chama atenção diz respeito à forma como é organizado o financiamento do sistema UAB, conforme explicita o seu decreto de criação:

Art. 6º As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira (BRASIL, 2006).

Isso significa que não há subsídios orçamentários regulares para a concretização da EAD, via UAB. Como funciona na forma de programa de governo, o sistema se submete a orientações externas e se enquadra nos modelos pedagógicos definidos pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes e por outros setores do Ministério da Educação (MEC). Segundo Arruda e Arruda (2015), uma das problemáticas originadas pela não incorporação da EAD aos recursos das IPES é que os alunos dessa modalidade não possuem todos os direitos estudantis – o próprio Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

não indica em sua regulamentação qualquer auxílio financeiro para eles, que não são integrados às políticas de pesquisa e extensão da universidade.

A inserção do sistema UAB nas IPES significou mudanças na organização dessas últimas, dado que, apesar de ser apresentado como uma política pública voltada para a expansão de vagas no ensino superior, o financiamento da UAB não está incluído na matriz orçamentária das instituições públicas que incorporam esse sistema, o que gera alterações na relação entre a universidade e o Estado. Nessa nova configuração, “o Estado passa da condição de mantenedor para a condição de formulador de objetivos, os quais são concebidos alheamente aos espaços institucionais da Universidade” (GOULART; SILVA; FERREIRA, 2016, p. 25).

Em vista disso, este artigo apresenta como objetivo central investigar a inserção do sistema UAB na Universidade Federal do Pará (UFPA)¹ e as repercussões desse sistema para a formação universitária, sobretudo, em face da flexibilização organizacional imposta pelo seu modelo de financiamento. Assumimos, dessa forma, uma concepção de flexibilização da universidade pública, muito bem expressada por Chauí (2003), que a caracteriza por meio de: descentralização administrativa e política; substituição de concursos públicos de dedicação exclusiva por contratos flexíveis e precários; separação de ensino e pesquisa; adaptação dos currículos de graduação e pós-graduação para atender às demandas do mercado de trabalho, aligeiramento da formação e maior expansão com menor custo.

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, a qual, segundo Godoy (1995, p. 62), “tem como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural”. Além disso, realizou-se análise documental, partindo de fontes documentais conforme a definição de Gil (1999, p. 169) “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc.”. As fontes documentais foram selecionadas considerando a sua relevância e credibilidade, documentos publicados por órgãos federais de educação, como o MEC e a Capes, como pesquisas nacionais com estudantes da UAB, denominadas *Pesquisa discente 2017* e *Projeto Piloto Cadastro dos Estudantes do Sistema UAB*. Além disso, foram utilizados na análise documentos institucionais aprovados e divulgados no âmbito da UFPA, a exemplo de: Estatuto, Resoluções, Projetos Pedagógicos dos cursos EAD da universidade e editais de assistência estudantil publicados no período de 2013 a 2022.

A UFPA e a inserção do sistema UAB na universidade

A UFPA é uma instituição pública federal, criada pela Lei nº 3.191, em 2 de julho de 1957, e está “localizada numa região depositária de recursos naturais e culturais extremamente estratégicos para o desenvolvimento da economia e da sociedade mundial,

¹ Este estudo apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com financiamento da Capes.

neste novo século” (CAMARGO *et al.*, 2011, p. 146). Tem sua sede em Belém e apresenta uma população universitária de 58.478 alunos, possuindo 12 *campi* nos municípios paraenses de: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Atualmente, a UFPA é uma autarquia federal de ensino superior, vinculada ao MEC, por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESU). Nessa direção, o Estatuto da UFPA aponta, como um dos seus fins:

[...] cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (UFPA, 2006a, p. 1, art. 3º, III).

Enquanto instituição educacional, a UFPA surgiu no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), em um contexto de estímulo à política desenvolvimentista e ao nacionalismo, em um momento no qual se buscava a adequação das universidades à lógica do desenvolvimento industrial, contribuindo com a formação de mão de obra qualificada para o mercado, e com o processo de modernização do país, para se tornar referência em nível internacional (RIBEIRO, 2013).

A história da EAD na UFPA teve início na década de 1990, em meio ao cenário de reformas do Estado e de consolidação das políticas neoliberais, quando o governo incentivava as universidades a buscarem estratégias para garantir sua sustentabilidade econômica e social (MANCEBO, 1998). Diante desse contexto, a pró-reitora de Ensino da UFPA, Maria Cândida Mendes Forte (1989-1993), visitou a Universidade Aberta da Venezuela e se deslumbrou com a educação a distância desenvolvida naquele lugar. Dessa forma, a pró-reitora retornou de viagem decidida a apostar na educação a distância como uma modalidade possível para a expansão de vagas na realidade amazônica (LEITE *et al.*, 2010).

A UFPA foi uma das primeiras universidades a se credenciar junto ao MEC. O interesse inicial foi na oferta do curso de Matemática a distância, que se deu por dois motivos principais: em decorrência da alta demanda para formação de professores na área das Ciências Exatas e Naturais, e pela provável “facilidade” de implantação, já que a Matemática teria uma linguagem mais universal em relação às demais disciplinas. No entanto, o curso foi interrompido por dificuldades de cunho pedagógico, pois utilizava como base o material oferecido pela *Open University* da Inglaterra, que possuía características culturais e históricas diferentes da realidade amazônica, e, também, por problemas orçamentários, em virtude de atrasos no financiamento da universidade (LEITE *et al.*, 2010).

Em 1999, foi aprovado o Programa de Educação a Distância na UFPA, sendo subordinado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG). Em 2002, o Programa passou por modificações a partir da criação da Secretaria Especial de Educação a Distância (SEAD), que se vinculava diretamente à Reitoria da universidade. Entretanto, a efetivação de uma política para a EAD só ocorreu a partir da publicação do Estatuto da UFPA, em 2003, com a

criação da Assessoria de Educação a Distância (AEDI), que tinha como função “coordenar e dar o suporte necessário aos projetos em execução e negociar novos projetos, com a coparticipação das unidades acadêmicas executoras e das pró-reitorias fim” (ELIASQUEVICI; FONSECA, 2009, p. 33).

Um dos marcos da política de expansão de cursos EAD na UFPA foi a publicação da Resolução nº 3.712, de 21 de maio de 2008, aprovada pelo CONSEPE, que dispõe sobre as diretrizes para a oferta de cursos e atividades a distância. O documento apresenta, em seu artigo 2º, os princípios gerais da EAD na instituição, quais sejam:

- I - a inclusão social, por meio da ampliação do acesso ao saber acadêmico nos diferentes municípios, visando à redução das desigualdades sociais, prioritariamente, no Estado do Pará e na Região Amazônica;
- II - oferta de um ensino de qualidade, capaz de proporcionar a emancipação intelectual, social e econômica (UFPA, 2008, p. 1).

Nessas circunstâncias, o sistema UAB adentrou a UFPA em 2008, mediante o reconhecimento da modalidade a distância, amparado pelas deliberações normativas anteriormente citadas. Conforme ressalta Leite, a Administração Superior da UFPA sempre deixou claro o desejo de expandir a educação superior pública no cenário paraense por meio da modalidade a distância. Os defensores da modalidade argumentavam que o sucesso da EAD dependeria, em primeiro lugar, da universalização dos espaços virtuais, depois dos próprios alunos, que “estudariam de forma autônoma, buscando motivações em si mesmos; precisariam ter noções básicas de acesso à internet e conhecer seu próprio ritmo de aprendizagem” (LEITE, 2019, p. 13).

Sendo assim, desde 2008, a UAB é o programa responsável pela oferta dos cursos de graduação a distância na UFPA. Em 2017, a AEDI passou por reformulações e por meio da Resolução nº 760, tornou-se o Núcleo de Inovação em Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão (NITAE²). Com isso, o NITAE² assumiu a gestão e organização da EAD no contexto da universidade, apresentando a seguinte estrutura acadêmico-administrativa: Colegiados Deliberativos; Direção; Secretaria Executiva; Subunidades Acadêmicas; Coordenadoria de Educação a Distância; Coordenaria de Pesquisa Aplicada e Extensão; Coordenadoria de Inovação em Tecnologias de Ensino; Coordenadoria de Ações Estratégicas e Captação; Coordenadoria Administrativa (UFPA, 2017).

Atualmente, os cursos de graduação a distância oferecidos pela UFPA são: Bacharelado em Administração Pública; Bacharelado em Biblioteconomia; Licenciatura em Física; Licenciatura em Química; Licenciatura em Letras (Português); Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens; e Licenciatura em Matemática. Estes cursos são distribuídos nos seguintes municípios/polos: Ananindeua, Baião, Barcarena, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cametá, Canaã dos Carajás, Capitão Poço, Goianésia, Igarapé-Miri, Jacundá, Marabá, Muaná, Paragominas,

Ponta de Pedras, Salinópolis, São Sebastião da Boa Vista e Tailândia (BRASIL, [202-])².

No entanto, a entrada da UAB na UFPA, em 2008, significou novos arranjos institucionais, vinculados à racionalidade instrumental para a formação de um novo perfil profissional, posto que “a UAB não representa nem mesmo uma universidade no sentido pleno do termo, portanto, não se atém aos princípios de uma verdadeira universidade, quais sejam: pesquisa e extensão” (AUTOR, ano). Apesar do caráter inclusivo apresentado na proposta de criação do sistema UAB, é importante identificar as contradições presentes nessa suposta democratização.

Uma das contradições é que o sistema se estrutura dentro da lógica do capital e compreende o Estado apenas como um mero regulador das políticas educacionais, isso fica claro na própria organização do sistema, cuja gestão ocorre de forma compartilhada entre os entes federados. Na organização do sistema UAB, os municípios atuam como responsáveis pela infraestrutura e manutenção do polo, o que se contrapõe à própria LDB/96, quando a Lei estabelece que o ensino superior é de responsabilidade da União. Em outras palavras, esse novo arranjo institucional fortalece o processo de descentralização da educação como bem público, característica emblemática da Reforma do Estado (SEGENREICH; CASTRO, 2012).

Outro aspecto contraditório quanto à inserção do sistema UAB na universidade, é o termo de cooperação firmado entre a UAB e as fundações de apoio privadas, que administram os recursos enviados pela Capes. No caso da UFPA, o convênio é feito com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), que fica responsável pelo contrato de recursos humanos (funcionários administrativos e TIs), pagamento de passagens e diárias para o deslocamento de colaboradores aos polos presenciais, aquisição de material de expediente, e assim por diante. No entendimento de Chaves (2006, p. 65), a problemática consiste na própria relação da Fundação com a universidade, já que “a lógica da Fundação é mercantilista e sua atuação, no interior da universidade, retrata uma forma de pensar a educação como serviço e como objeto de compra e venda, ou seja, mercadoria”.

Cabe destacar que nem todos os professores que atuam nos cursos EAD são docentes efetivos das IPES. O pagamento dos professores não efetivos é realizado por meio de bolsas pagas pela Capes, sem qualquer vínculo empregatício com a universidade, o valor das bolsas é definido de acordo com a titulação e a função que o docente ocupa no curso, já o pagamento dos profissionais de apoio administrativo e tecnológico é realizado por contrato de prestação de serviços ou via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A alteração das relações de trabalho, fomentada pela incorporação do sistema UAB às IPES, é compatível com as propostas de educação descritas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que preconizou a organização de uma administração pública

² As informações estão disponíveis no Sistema Eletrônico da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB), que é uma plataforma de gestão interna do sistema UAB, onde é possível acessar informações de domínio público, a exemplo do mapa que possibilita identificar as IPES e Polos integrantes do sistema UAB distribuídos no território nacional (BRASIL, [202-]).

mais flexível e menos burocrática. Para Goulart, Silva e Ferreira (2016), os postos de trabalho temporários instituídos pelo sistema UAB geram instabilidade, temporalidade, baixas remunerações e a impossibilidade de contabilização do tempo despendido na produção do trabalho.

Nota-se, portanto, que o modelo de educação ofertado pelo sistema UAB, estruturalmente, é caracterizado por uma gestão baseada em resultados, desenvolvida sob a lógica de editais e contratos de prestação de serviço, que visa à maior relação custo-benefício e, por consequência, não prioriza a associação do ensino com a pesquisa e a extensão, como veremos a seguir.

O sistema UAB e a flexibilização da universidade pública

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 207, que as universidades públicas devem obedecer ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, conforme as reflexões de Sleutjes (1999), as transformações do mundo contemporâneo levam-nos a repensar o papel e os valores da universidade. Diante disso, a autora ressalta a importância da relação ensino-pesquisa-extensão por se constituir como essência do fazer universitário, ou seja, ao “se dissociar o ensino da pesquisa e da extensão, a universidade estará fragilizada, pois o ensino e a pesquisa são elementos que, aumentam de forma concreta a produção de conhecimento” (SLEUTJES, 1999, p. 110).

Na esteira dessa discussão, Chauí (1999) refere-se à Reforma do Aparelho do Estado, que passou a considerar os serviços e instituições públicas como organizações sociais, e explica que, ao submeter sua estrutura ao modelo de organização social, a universidade – até então entendida como instituição social – passa a ser orientada por índices de produtividade e estratégias de eficácia organizacional. Diante desse cenário, a universidade pública altera a sua função social, porque se insere em um movimento de mercantilização dos seus serviços, com a finalidade de atender às demandas diretas e indiretas das políticas neoliberais que passam a orientar suas ações institucionais, orçamentárias, pedagógicas e culturais (CHAUÍ, 1999; MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018).

Devemos destacar que o projeto político que origina esse corpo de reformas estruturais para o capital, o qual foi adquirindo solidez a partir da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é um projeto político nacional, orientado por uma agenda mundial de reformas do Estado e de suas instituições republicanas (BRASIL, 1995), que produziram nova identidade para a universidade pública, sob a mediação de nova concepção de gestão, com aspectos que se pautavam tanto na diminuição da capacidade financeira do Estado nos investimentos públicos quanto na busca de novos mecanismos de autonomia de gestão financeira para as universidades.

Como consequências da Reforma do Estado para a universidade pública, Silva Júnior e Sguissardi (2012) apontam: a ênfase na pesquisa aplicada; o aligeiramento dos cursos de graduação, ofertados em modalidades educacionais que se baseiam em tecnologias de informação e comunicação; e a perda de autonomia e o estreitamento da relação entre a universidade e o setor empresarial. De acordo com Mancebo (1998), a Reforma gerou também a flexibilização da gestão e a diversificação do sistema, isto é, pretendeu-se ampliar as vagas para a educação superior, com o menor custo possível, o que pressupõe o descrédito em relação ao modelo de universidade de pesquisa e a flexibilização do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Somado a isso, Minto (2008) destaca que o incentivo à diversificação dos modelos de ensino é um discurso revestido de modernização da educação superior, mas que na verdade pretende:

[...] de um lado, atender às demandas do setor produtivo (integração universidade-empresa), adequando os conteúdos ensinados e as pesquisas realizadas nos chamados ‘centros de excelência’; de outro lado, atender à nova burguesia de serviços, que não deseja oferecer senão um ensino de baixo custo, despreocupado com a qualidade e livre de controles governamentais. Desta tendência resultam duas demandas essenciais e inadiáveis para os empresários em geral: **quebrar o modelo de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e estimular novas modalidades de formação e de pesquisa, como cursos de curta duração, ensino a distância**, ensino tecnológico voltado às ‘profissões emergentes’, pesquisa ‘aplicada’ etc. Trata-se, portanto, de promover uma dupla ‘flexibilização’: das próprias instituições e da relação entre elas (MINTO, 2008, p. 1248, grifo nosso)

Nessa perspectiva, observa-se que a UAB é um programa que oferta cursos de graduação a distância nas universidades, mas que, por se tratar de um sistema que funciona de forma articulada com diferentes instituições, não possui como base de sua organização o tripé ensino-pesquisa-extensão, que abarca os três pilares fundamentais da universidade pública. Sabe-se que o sistema UAB foi estruturado para responder a uma demanda específica – a formação inicial de professores para a educação básica, sobretudo, para o alcance das metas estabelecidas no PNE (2001-2010). Entretanto, para a universidade pública, isso significou “o enxugamento de suas funções, priorizando-se o ensino, em detrimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018, p. 6).

A respeito dessa questão, Arruda e Arruda (2015, p. 333-334) explicam que:

O aluno da EAD, em função de ser oriundo de um programa governamental, como o sistema UAB, não é integrado às políticas de pesquisa e extensão e, por conseguinte, não vivencia experiências universitárias completas. A EAD, nessa perspectiva, ao invés de representar a ampliação da igualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior, acaba por recrudescer as características intrínsecas do capitalismo, no seu pressuposto da distinção econômica e no fetiche da mercadoria como produtora de sentidos e de socializações, em um claro movimento de desvalorização do humano frente ao técnico.

De modo geral, os estudantes do sistema UAB que fazem parte do quadro de discentes das IPES adentram a universidade por processos seletivos especiais, organizados pela própria instituição, e recebem o mesmo modelo de diploma que os alunos da modalidade presencial.

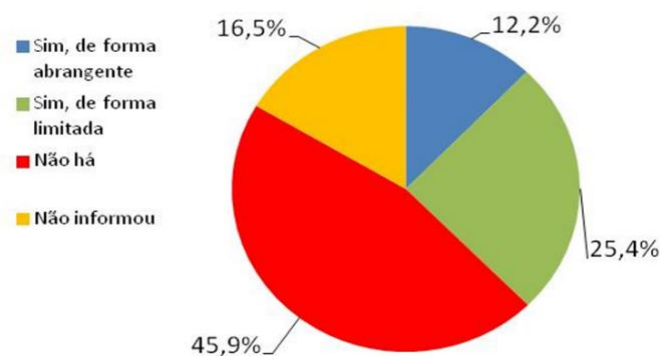
No entanto, a forma como se configura o sistema UAB reflete em entraves normativos, como no caso do PNAES, que orienta as políticas de assistência estudantil em âmbito nacional. O programa é categórico ao afirmar que assistência estudantil é voltada apenas para o atendimento de alunos da modalidade presencial, conforme verifica-se a seguir:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em **cursos de graduação presencial** das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Tendo em vista o aspecto abordado, consideramos importante analisar as pesquisas que apresentam o contexto nacional de como se dá a participação dos alunos do sistema UAB em atividades de ensino-pesquisa-extensão. No site do MEC, encontra-se disponível um boletim informativo denominado *Pesquisa Discente 2017*, no qual se apresenta o resultado sistematizado das respostas de questionários aplicados com estudantes do sistema UAB de todo o Brasil em janeiro/2017 pela DED/Capes.

Dentre as perguntas presentes no questionário, consta a seguinte: “Realiza/realizou atividades em laboratórios pedagógicos compatíveis com as necessidades do curso?”. O gráfico a seguir demonstra a resposta dos estudantes.

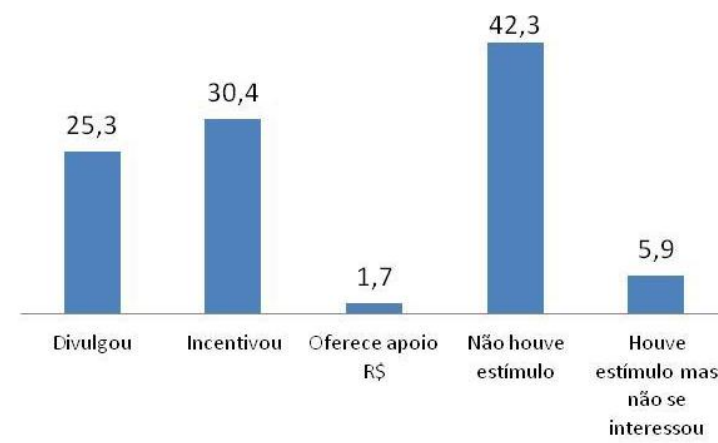
Figura 1. Resposta dos estudantes da UAB sobre atividades em laboratórios



Fonte: MEC/CAPES (BRASIL, 2017).

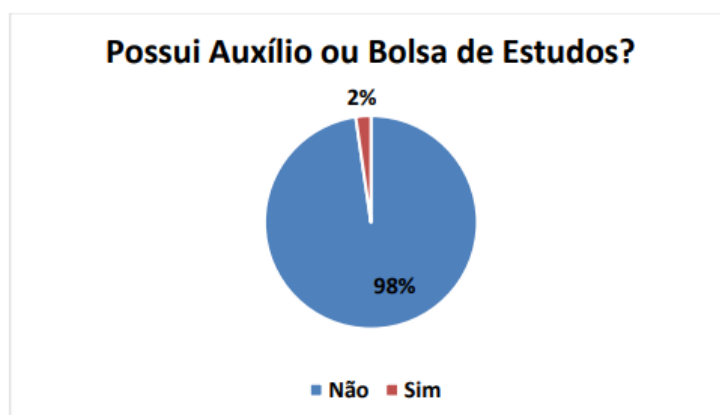
Assim, pode-se verificar que, para 45,9% dos estudantes, não ocorreram atividades em laboratórios compatíveis com as necessidades do curso; outros 25,4% indicaram que até houve, mas de forma limitada. Esse indicador apresenta um dos principais fatores a ser melhorado, conforme a visão dos 46.459 estudantes que finalizaram a pesquisa. Esta pesquisa também questionou os estudantes sobre qual o “Papel da Instituição no que se refere a sua participação em Congressos e Seminários Científicos?”.

Conforme apresentado na figura abaixo, 55,7% dos estudantes afirmaram que houve divulgação ou incentivo para a participação em tais atividades; outros 42,3% apontaram que não houve estímulo; e 5,9% afirmam que houve estímulo, mas não se interessaram.

Figura 2. Papel das IES na participação em congressos e seminários

Fonte: MEC/CAPES (BRASIL, 2017).

Outra pesquisa de cunho nacional foi o *Projeto Piloto Cadastro dos Estudantes do Sistema UAB*, elaborado pela DED/Capes em 2019. Nessa pesquisa, foram aplicados 12.984 questionários entre outubro de 2018 e janeiro de 2019, com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes integrantes do sistema UAB. Um dado importante revelado nesse documento é apresentado a seguir:

Figura 3. Utilização de auxílio ou bolsa de estudos dos estudantes do Sistema UAB – 2019

Fonte: MEC/CAPES (BRASIL, 2019).

Diante dos dados apresentados sobre o acesso a auxílios ou bolsas de estudos dos estudantes da UAB, pode-se constatar que apenas 2% – ou seja, cerca de 6 alunos da amostra total de questionários respondidos (298) – declararam ter algum tipo de auxílio ou bolsa de estudos no desempenho de suas atividades acadêmicas.

Logo, percebe-se que os resultados dos questionários aplicados a estudantes de diferentes IPES do país refletem a pouca participação dos discentes da UAB nas atividades práticas em laboratório, em congressos e seminários científicos, e na utilização de auxílio ou bolsa de estudos. Veja-se como tudo isso está em desacordo com o princípio, atribuído à universidade, de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Em face dessa constatação, iremos analisar na seção seguinte a

realidade dos estudantes UAB da UFPA no que se refere ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

Novos arranjos institucionais no contexto da UFPA

No âmbito da UFPA, o seu Estatuto determina, em seu Art. 54, que a integração entre ensino, pesquisa e extensão acontecerá por meio de “programas de apoio institucional, de parcerias com agentes nacionais e estrangeiras, tendo em vista o desenvolvimento da investigação cultural, científica e tecnológica” (UFPA, 2006a, p. 14). Da mesma maneira, a Resolução nº 3.712/2008, anteriormente citada, que instituiu as diretrizes para a oferta de cursos a distância na UFPA, sinaliza que:

Art. 7º A organização curricular dos cursos tem os seguintes pressupostos: I - formação de qualidade, com obediência às diretrizes e preceitos da legislação nacional e da UFPA para o ensino; II - **articulação de ensino, pesquisa e extensão**, garantindo uma formação técnico-científica condizente com as exigências do mundo de trabalho contemporâneo (UFPA, 2008, p. 2, grifo nosso).

Também a Resolução nº 760/2017, que criou o NITAE², estabelece:

Parágrafo único. Para alcançar seu objetivo geral e seus objetivos específicos o **Núcleo deverá cumprir a política de Ensino, Pesquisa e Extensão**, na forma prevista no Resolução n. 761 – CONSUN, de 20.10.2017 – Anexo 4 Estatuto e no Regimento Geral da UFPA, em consonância com as diretrizes dos projetos pedagógicos de sua(s) Subunidade(s) Acadêmica(s) e suas Coordenadorias, por meio de uma programação anual estabelecida pela Congregação da Unidade Acadêmica (UFPA, 2017, p. 3, grifo nosso).

Nessa perspectiva, considerando o que foi preconizado na Resolução acima citada, analisou-se os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação a distância da UFPA, com o propósito de verificar de que forma os referidos projetos abordam o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Quadro 1. O tripé ensino-pesquisa-extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos a distância da UFPA

Curso	Ano de criação do PPC	O tripé ensino-pesquisa-extensão no PPC
Bacharelado em Administração Pública a Distância	2010	4.7 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO: Dentre as atividades acadêmicas que ensejam as práticas de pesquisa e extensão, encontram-se os ST e o Estágio Curricular Supervisionado . Os ST, cujas cargas horárias perfazem um total de 240h, possibilitam a transversalidade dos conteúdos por meio de pesquisas e a articulação das atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade. A fim de garantir as atividades de extensão, esses seminários serão usados para o desenvolvimento de projetos, cursos, palestras, oficinas, enfim, eventos que privilegiem áreas como educação, meio ambiente, saúde, direitos humanos, geração de empregos e ampliação de renda (UFPA, 2010, p. 29, grifo nosso).
Bacharelado em Biblioteconomia a Distância	2018	9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES: cumpridas por meio da participação em seminários e eventos acadêmicos, científicos e profissionais; projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação

		tecnológica; grupos de pesquisa; visitas técnicas; entre outras. Podem ser reconhecidas como atividades complementares, o seguinte: monitoria nas disciplinas do Curso de Biblioteconomia; participação em pesquisas e projetos institucionais ; participação em eventos científicos e profissionais na área de Biblioteconomia ou afins, como congressos, seminários, conferências e palestras (UFPA, 2018a, p. 62, grifo nosso)
Licenciatura em Física a Distância	2012	7.5. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO: As atividades de extensão, a partir do princípio da integração entre ensino-pesquisa-extensão, estarão associadas aos diversos programas desenvolvidos nos processos de formação em Atividades Acadêmicas, participação em projetos, cursos e minicursos e eventos com caráter de Extensão junto a Sociedade (UFPA, 2012, p. 24)
Licenciatura em Ciências Biológicas a Distância-Semipresencial	2020	5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES: São consideradas Atividades Complementares: - Participação em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão , sob orientação docente, como estagiário voluntário ou bolsista pelo período mínimo de um semestre; - Participação no Projeto EAD: Estratégias metodológicas em ensino, pesquisa e extensão aplicadas em Ciências Biológicas Modalidade ensino à distância, nas atividades de elaboração de projetos e desenvolvimento da pesquisa, com parecer favorável do orientador; - Participação em eventos científicos e culturais como congressos, encontros, simpósios, seminários, conferências, reuniões e similares, em nível local, regional, nacional e internacional (UFPA, 2020, p. 16, grifo nosso)
Licenciatura em Letras a Distância	2007	1.14.9 A ESTRUTURA DO CURSO Resolução de situações-problema contextualizadas e a construção e desenvolvimento de projetos de intervenção pressupõem a integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino . O planejamento e o desenvolvimento de projetos de intervenção a serem desenvolvidos no estágio supervisionado deverão se pautar em práticas investigativas sobre o trabalho pedagógico e a dinâmica da escola sede do estágio supervisionado. Além disso, a construção de projetos de intervenção envolve pesquisa bibliográfica, seleção de material pedagógico que implica procedimentos investigativos sistemáticos que não devem ser negligenciados. Os projetos de intervenção deverão prever não só a regência de classe, mas também atividades de extensão voltadas para o próprio corpo docente da escola sede do estágio supervisionado, assim como para a comunidade onde atua a escola. (UFPA, 2007, p. 41, grifo nosso)
Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens	2018	7. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO Prevê-se, na Licenciatura Integrada, articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, desde o primeiro semestre do curso. Os alunos serão orientados a realizarem pesquisas sobre problemas e realidades escolares , a oferecer oficinas e seminários temáticos a professores dos anos iniciais, nas várias atividades pedagógicas que compõem a proposta curricular do curso (UFPA, 2018b, p. 48, grifo nosso)
Licenciatura em Matemática a Distância	2005	Não menciona o tripé ensino-pesquisa-extensão
Licenciatura em Química a Distância	2006	9 – INTEGRAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO: Os alunos deverão integralizar no mínimo 200 horas de outras atividades, que estão descritas a seguir. Características das atividades complementares: Esta carga horária deverá ser integralmente realizada com atividades de pesquisa e extensão , como por exemplo, participação em eventos científicos, participação em projetos de pesquisa, participação em atividades de laboratório (iniciação à docência), participação em cursos de extensão, incluindo-se aí também intervenções de caráter educativo em escolas de ensino médio e fundamental (UFPA, 2006b, p.30, grifo nosso)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em UFPA (2005, 2006b, 2007, 2010, 2012, 2018, 2020).

A análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos permitiu identificar que a abordagem sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão se concentra, majoritariamente, no campo das experiências do Estágio Curricular e dos Seminários Temáticos. Dessa forma, de acordo com os projetos, a pesquisa e a extensão são trabalhadas no contexto da escola, espaço onde os alunos podem desenvolver projetos de intervenção, pautados em práticas investigativas. Além disso, a pesquisa e a extensão também são consideradas nos itens que correspondem às atividades complementares, nas quais os alunos precisam cumprir uma carga horária mínima de atividades extracurriculares para integralizar o histórico acadêmico, como por exemplo: participação em eventos científicos, palestras, seminários, cursos e oficinas.

As orientações descritas nos PPCs indicam o caráter burocrático atribuído ao ensino, pesquisa e extensão, uma vez que, nos documentos, o tripé é vinculado a uma disciplina obrigatória do currículo (estágio) e ao cumprimento das atividades complementares, também obrigatória nos cursos de graduação. Não foi verificado, portanto, o incentivo à produção e publicação científica, participação em projetos de pesquisa como voluntário ou bolsista de iniciação científica, envolvimento com programas e ações integradas com a administração pública e entidades da sociedade civil, conforme determina a Resolução n.º 3.043/2003 que dispõe sobre as atividades de pesquisa, e a Resolução n.º 3.298/2005, que dispõe sobre as atividades de extensão, no âmbito da UFPA (UFPA, 2003, 2005).

Nesse sentido, Arruda e Arruda (2015, p 334) sinalizam que a EAD se caracteriza como uma política de expansão de caráter emergencial, sendo assim:

A EAD, portanto, não se configura em democratização da educação caso não contenha orientações claras quanto às dimensões de qualidade e do reconhecimento das especificidades de seus alunos, uma vez que, do ponto de vista político, ela é recomendada como forma de interiorizar a educação e ampliar o acesso da população. Ocorre que a população atendida pela EAD geralmente é aquela mais carente, mais distante dos grandes centros urbanos, das formações mais sólidas e dos professores com mais experiência, já que a maioria dos profissionais direcionam suas atividades para cidades localizadas em regiões metropolitanas.

Na égide dessa discussão, buscando analisar a participação dos estudantes do sistema UAB da UFPA nas atividades de ensino-pesquisa-extensão oferecidas pela universidade, realizou-se um levantamento no Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST) no período de 2013 a 2022, considerando que este é o recorte temporal disponível no site (UFPA, [202-]) para acesso público dos editais publicados pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST).

A pesquisa revelou que os estudantes da UAB não são contemplados em diferentes programas de assistência estudantil e apoio pedagógico da UFPA. Isso, porque os editais/instruções normativas ressaltam que os discentes precisam estar regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais da UFPA, na modalidade extensiva (regular).

Tabela 1. Editais/Instruções Normativas da UFPA que não incluem discentes da UAB (2013-2022)

Auxílio/Bolsa/Programa	Edital/Ano
Auxílio a viagens acadêmicas	Edital nº 22/2014/PROEX/UFPA
Projeto de Acesso às Línguas Estrangeiras – PROLÍNGUAS	Edital nº 02//2017/SAEST/UFPA Edital nº 01/2018 SAEST/UFPA Edital nº 01/2019 SAEST/UFPA Edital nº 01/2020 SAEST/UFPA Edital nº 02/2021/SAEST/UFPA
Projeto de Acompanhamento de Aprendizagem	Edital nº 12/2021/SAEST/UFPA
Auxílio PCD	Edital nº 08/2021/SAEST/UFPA
Auxílio Permanência/Moradia	Edital nº 02/2014/PROEX/UFPA Edital nº 02/2017/SAEST/UFPA Edital nº 02/2018/SAEST/UFPA Edital nº 02/2019/SAEST/UFPA Edital nº 02/2020 SAEST/UFPA Edital nº 09/2021 SAEST/UFPA
Auxílio moradia para discentes indígenas, quilombolas e de populações tradicionais	Edital nº 08/2017/SAEST/UFPA Edital nº 03/2018/SAEST/UFPA Edital nº 03/2019/SAEST/UFPA Edital nº 03/2020 SAEST/UFPA Edital nº 05/2021 SAEST/UFPA
Auxílio emergencial de apoio à inclusão digital – CHIP	Edital nº 10/2020 SAEST/UFPA
Auxílio <i>Kit</i> de Tecnologia Assistiva para PCD	Instrução normativa nº 16/2022/SAEST/UFPA
Bolsa Acadêmica de Acessibilidade/PcD – (PROBAC)	Instrução normativa nº 17/2022/SAEST/UFPA
Programa de Apoio à Inclusão Digital	Edital nº 10/2020/SAEST/UFPA
Apoio Pedagógico	Instrução Normativa nº 19/2022SAEST/UFPA

Fonte: Elaborado pelas autoras

Importa ressaltar que os editais dos cursos a distância da UFPA preveem vagas para Pessoas Com Deficiência (PCD). No processo seletivo EAD/UFPA 2021-3, foram ofertadas “628 (seiscentos e vinte e oito) vagas, assim distribuídas: 601 (seiscentos e uma) vagas a candidatos(as) cotistas e/ou de ampla concorrência e 27 (vinte e sete) vagas destinadas a Pessoas com Deficiência (PcD)” (UFPA, 2021). Porém, conforme se observa na tabela anterior, os documentos que regulamentam os Auxílios PCD, Auxílio Kit de Tecnologia Assistiva e a Bolsa Acadêmica de Acessibilidade não incluem os estudantes de graduação da modalidade EAD.

Além dos auxílios e bolsas mencionados na Tabela 1, a participação dos estudantes da UAB é inviabilizada em programas como Residência Pedagógica, Programa Monitoria, Programa de Educação Tutorial (PET), Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), já que os editais desses programas exigem, como critérios de participação dos alunos, o cumprimento de carga horária presencial. Além disso, as vagas oferecidas nesses programas são atreladas a um dos 12 *campi* universitários da UFPA, no entanto, os alunos do sistema UAB são vinculados ao polo de apoio presencial do município onde houve a oferta de cursos EAD, localidades nas quais, em sua maioria, não há campus da universidade.

Considerações finais

Há que se ter clareza sobre as repercussões e delineamentos criados a partir da implantação da EAD nas universidades públicas. Assim, se fazem necessários os questionamentos: por qual razão a EAD, por meio da UAB, é utilizada como proposta de expansão do ensino superior para as classes historicamente excluídas? Qual a concepção pedagógica de educação e de formação humana que acompanha a oferta de cursos de graduação a distância, via UAB? Nesse sentido, essa inquietação coaduna-se com as reflexões de Silva Júnior e Sguissardi (2012) quando discutem as formas e razões da expansão da educação superior, afirmando que o movimento de expansão por meio da EAD desdobra-se sob duas vertentes: o fortalecimento da mercantilização do conhecimento e a certificação em massa no contexto do ensino de graduação superior.

A investigação acerca da participação dos alunos UAB/UFPA na seleção de bolsas, auxílios e programas da instituição evidenciou a flexibilização do tripé ensino-pesquisa-extensão, enquanto a análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos EAD da universidade evidenciou o caráter burocrático atribuído à pesquisa e à extensão. Já a análise dos editais no SIGAEST (2013-2022) revelou a marginalização dos estudantes dos cursos de graduação da modalidade EAD da UFPA, que além de serem desassistidos quanto aos auxílios e bolsas, também são impossibilitados de participar de programas de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Tendo em vista a discussão sobre a incorporação da EAD à universidade pública via sistema UAB, conclui-se que seu financiamento, atrelado a editais, causa rupturas com a cultura organizacional da universidade pública, o que pode impactar na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, e contribuir para o esvaziamento da formação. Deste modo, compreende-se que a oferta de vagas em cursos a distância pelo sistema UAB nas IPES, em vez de democratizar a educação para uma parcela excluída da sociedade, na verdade, pode apenas mudar a forma como essa exclusão ocorre. Logo, o estudo sobre a incorporação da EAD à universidade pública no bojo sistema UAB é fundamental para uma análise crítica desse sistema, cuja configuração atende às exigências atuais de acumulação capitalista e reestruturação do Estado.

Referências

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/389areef>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/34ezp7aj>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)**. Brasília, DF: MARE, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/2v8bwdtz>. Acesso em: 1 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n6r74eu>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Diretoria de Educação a distância. **Pesquisa discente 2017**: boletim informativo dos resultados da pesquisa com os estudantes do Sistema UAB. Brasília, DF: CAPES, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/mrxmxv2h>. Acesso em: 6 abr. 2023.

BRASIL. Diretoria de Educação a Distância. **Projeto Piloto Cadastro dos Estudantes do Sistema UAB**: Perfil socioeconômico dos estudantes ativos do SIUAB. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc63wesb>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Diretoria de Educação a Distância. SisUAB – Consulta Pública. *In*: BRASIL. **SisUAB**, Brasília, DF, [202-]. Disponível em: <https://tinyurl.com/49vtmxw2>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAMARGO, Arlete *et al.* Universidade Federal do Pará (UFPA): um modelo de universidade multicampi para a Amazônia. *In*: MOROSINI, Marília Costa (Org.). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. 2. ed. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. p. 143-154. ISBN 8586260282.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: <https://tinyurl.com/mr3jjfxj>. Acesso em: 3 jun. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/yckyhfrs>. Acesso em: 3 jun. 2022.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva. **Universidade & Sociedade**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 61-77, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/nha5hwrn>. Acesso em: 3 jun. 2022.

ELIASQUEVICI, Marianne Kogut; FONSECA, Nazaré Araujo da. **Educação a Distância**: orientações para o início de um percurso. 2 ed. Belém, PA: EDUFPA, 2009. ISBN 9788524705007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 208 p. ISBN 8522422702.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 8522431698.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/33v2rk8r>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GOULART, Deise Mazzarella; SILVA, Sueli Maria Goulart; FERREIRA, Marcello. Sistema universidade aberta do Brasil nas instituições federais de ensino superior: organizações sociais endógenas? **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 11-30, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/zxtt4ppt>. Acesso em: 3 jun. 2022.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/4494ur3z>. Acesso em: 3 jun. 2022.

LEITE, Selma Dias *et al.* **Educação sem Fronteiras na Amazônia**: trajetória e perspectivas da educação a distância na UFPA. Belém, PA: UFPA, 2010. ISBN 9788562888014.

LEITE, Selma Dias. UNIREDE: A maioria de uma utopia sobre educação a distância no Brasil. **EmRede: Revista de Educação a Distância**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 14-28, 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/mryzpdh9>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MANCEBO, Deise. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 51-59, 1998. Disponível em: <https://tinyurl.com/38mjws62>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 40, n. 1, p. e37669-e37669, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/yrfxsju8>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MINTO, Lalo Watanabe. Governo Lula e "reforma universitária": presença e controle do capital no ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, p. 1246-1249, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/2mbx39fc>. Acesso em: 3 jun. 2022.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A gestão universitária**: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A inserção da educação a distância no ensino superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 89-118, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/4f6uvuf8>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: MANCEBO, Denise; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia (Org.). **Educação Superior**: expansão e reformas educativas. Maringá, PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012. p. 21-42. ISBN 978-85-7628-464-2.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco: Revista de Educación**, Buenos Aires, n. 23, p. 119-156, jun. 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/2umb8xsr>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SLEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 99-101, maio/jun. 1999. Disponível em: <https://tinyurl.com/bhfbw5d3>. Acesso em: 3 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução nº 3.043, de 7 de maio de 2003**. Estabelece normas para a realização da atividade de pesquisa na UFPA. Belém, PA: UFPA, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycyrnbh7>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática a distância**. Belém, PA: UFPA, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução n.º 3.298, de 7 de março de 2005**. Dispõe sobre atividades de Extensão na Universidade Federal do Pará. Belém, PA: UFPA, 2005. Disponível em: <https://tinyurl.com/yjha9pj2>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Estatuto da Universidade Federal do Pará**. Belém, PA: UFPA, 2006a. Disponível em: <https://tinyurl.com/35xycayb>. Acesso em: 20 de abril. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química a distância**. Belém, PA: UFPA, 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras a distância**. Belém, PA: UFPA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução nº 3.712, de 21 de maio de 2008**. Institui diretrizes para oferta de cursos e atividades curriculares na modalidade a distância na UFPA. Belém, PA: UFPA, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p86fwrn>. Acesso em: 28 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância**. Belém, PA: UFPA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física a distância**. Belém, PA: UFPA, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Resolução n. 760, de 20 de outubro de 2017**. Aprova a criação do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão. Belém, PA: UFPA, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/y95bpz93>. Acesso em: 28 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância**. Belém, PA: UFPA, 2018a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens a distância**. Belém, PA: UFPA, 2018b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a distância**. Belém, PA: UFPA, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). UFPA divulga o resultado do Processo Seletivo Especial para cursos de Educação a Distância (PSE 2021-3). *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Comunicação Institucional. **UFPA**, Belém, 2 out. 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc37akf7>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). UFPA está entre as 400 melhores instituições do mundo em impacto no desenvolvimento sustentável. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Comunicação Institucional. **UFPA**, Belém, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rncshjp>. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Sistema Gerencial de Assistência Estudantil - inicial. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **SIGAEST**, Belém, [202-]. Disponível em: <https://tinyurl.com/4rncshjp>. Acesso em: 20 mar. 2023.